



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

### EDITAL

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 04/2014.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA, com sede a Rua Ivan Luiz Barcelos, nº104, Bairro Glória, São Gabriel da Palha – ES, por intermédio de seu Pregoeiro e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 11/2014 de 29 de Janeiro de 2014, c/c a Portaria nº 032/2013 de 07 de fevereiro de 2013, de acordo com a Lei n.º 10.520/02 e a Lei n.º 8.666/93 consolidada, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação nos termos deste edital a partir das **08h. (oito horas) do dia 16 de Maio de 2014.**

#### **I – CONDIÇÕES GERAIS**

---

**1.1** – A presente Licitação reger-se-á pelas condições gerais e especiais constantes da **Lei n.º 10.520**, de 17 de julho de 2002 e a **Lei Federal n.º 8.666**, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

---

**2.1** – A presente licitação tem como fundamento a legislação acima citada bem como respeitar os seguintes preceitos:

a) Processo Administrativo nº **24.248 de 10/02/2014.**

b) Modalidade: Pregão Presencial nº **04/2014.**

c) Tipo de Licitação: Menor preço.

d) Critério de Julgamento: Menor preço por item.

e) Ato de designação do pregoeiro e equipe de apoio: Portaria – nº 11/2014 de 29 de Janeiro de 2014 e Portaria nº 032/2013 de 07 de fevereiro de 2013.

#### **III – OBJETO**

---

**3.1** – O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para fornecimento de Combustíveis (gasolina e álcool) para atender a demanda da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, pelo período de 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato.

**3.2** – Especificações e quantidades estimadas do item a ser adquirido:

<b>Item</b>	<b>Quant.</b>	<b>UND</b>	<b>Especificação</b>
1	4.000	Litro	Gasolina Comum
2	1.000	Litro	Álcool Comum

**3.2.1-** A quantidade acima apresentada (item 3.2) se trata apenas de estimativa, não sendo a Câmara Municipal obrigada a utilizar todo o quantitativo.



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

3.3 – A licitante vencedora deverá fornecer o combustível em seu próprio estabelecimento mediante a apresentação de requisição, preenchida e assinada por servidor designado para coordenar o Fornecimento de Combustível.

3.4 – Os abastecimentos serão efetuados diretamente nos veículos, com a apresentação das requisições.

3.5 – Segue em anexo ao presente edital “Modelo de Proposta” (**Anexo IV**) com as especificações e quantitativos dos combustíveis ora licitados.

### **IV – DATA, LOCAL E HORA PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES**

4.1 – Até o dia **16 de Maio de 2014 às 07 horas e 30 minutos**, o licitante deverá **protocolar** os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) referentes a este Pregão **no Protocolo Geral desta Câmara Municipal**, situado à Rua Ivan Luiz Barcellos, nº 104, Bairro Glória, São Gabriel da Palha – ES.

4.2 – As empresas que apresentarem seus envelopes além do horário estipulado neste Capítulo serão consideradas desclassificadas na licitação.

4.3 – A sessão que ocorrerá o pregão terá início a partir das **08 horas do dia 16 de Maio de 2014**, na sala da CPL no prédio sede da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha-ES.

4.4 – Os envelopes deverão ser protocolados contendo na parte externa, além da razão social completa ou nome do proponente os seguintes dizeres: "Câmara Municipal de São Gabriel da Palha" – **Pregão Presencial nº 04/2014**, Envelope nº 001 – PROPOSTA; Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO".

4.5 – Os envelopes após serem protocolados serão encaminhados pelo próprio responsável pelo protocolo geral à sala de sessões de licitação, entregando-os ao Pregoeiro Oficial ou a qualquer membro da equipe de apoio lá presente.

4.6 – Os documentos para credenciamento e a declaração dando ciência de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação (**ANEXO III**), em cumprimento ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02, deverão ser entregues diretamente ao Pregoeiro no início da sessão do Pregão ou também deixada junto aos envelopes PROPOSTA E HABILITAÇÃO, fora destes, no protocolo geral da Câmara Municipal.

4.7 – Para a apresentação da declaração (**ANEXO III**), caso a empresa não se faça representada no ato da sessão do Pregão esta deverá proceder com o que se encontra estipulado no **CAPÍTULO VII – DA DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS.**

4.8 – O credenciamento se dará na forma prevista no **capítulo VI** deste edital.

### **V – PARTICIPAÇÃO**

5.1 – Para participar da presente licitação, a empresa deverá ser representada pelo seu representante legal (proprietário, diretor, sócio ou assemelhado), ou então através de representante devidamente credenciado nos termos deste edital de pregão.



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

**5.2** – Somente poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição e que desenvolvam as atividades pertinentes ao objeto desta licitação na sede deste município, por tratar-se de combustível para abastecimento, sendo inviável o seu deslocamento além desta cidade para este fim.

**5.3** – Ficará a cargo da licitante contratada arcar com as despesas do combustível necessário para abastecer o veículo quando o trajeto entre o Posto e a sede da Câmara Municipal **for superior a 05 km**, distância esta que será multiplicado por dois (ida e volta), e considerando para tanto que o veículo tenha a seguinte relação de consumo: **10 km/lt.**

**5.4** – Não serão admitidas à participação nesta Licitação de empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público; ou que se subsumem às disposições do artigo 9º e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.

**5.5** – Somente poderão ter seu Envelope Proposta aberto as empresas que apresentarem Declaração (**Anexo III**) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação tão quanto o ato constitutivo da empresa e suas atualizações.

## VI – CREDENCIAMENTO

---

**6.1** – Para fins de credenciamento, o proponente poderá enviar um representante munido de credencial (**ANEXO II**), firmada pelo responsável legal da empresa, devendo constar o número da identidade ou do CPF do credenciado e ainda em anexo o ato constitutivo da empresa e suas atualizações.

**6.1.1** – A credencial deverá ser assinada por responsável legal da empresa com firma reconhecida em cartório.

**6.2** – A credencial da licitante deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro no início da sessão do Pregão ou poderá ser deixada junto aos envelopes PROPOSTA E HABILITAÇÃO, de forma apartada, no protocolo geral da Câmara Municipal, respeitando para a sua formulação o que encontra-se estabelecido neste capítulo.

**6.3** – No caso de proprietário, diretor ou sócio da empresa licitante, este deverá comprovar a sua condição mediante a apresentação de documento pessoal (identidade ou similar) bem como do ato constitutivo da empresa e suas atualizações registradas no órgão competente.

**6.4** – Será também considerado responsável legal da empresa aquele que se apresentar no ato do credenciamento munido de procuração pública firmada em cartório, bem como do ato constitutivo da empresa e suas atualizações.

**6.5** – A apresentação do ato constitutivo ou instrumento equivalente, nesta etapa da licitação, dispensa a empresa de apresentá-lo no envelope documentação.

**6.6** – Somente poderão oferecer lances no ato do pregão aqueles que atenderem às condições contidas neste capítulo.



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

**6.7 – Para fazer jus aos benefícios da Lei Federal Complementar n° 123/2006, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a seguinte documentação:**

a) Declaração expressa de que a empresa se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, com data do corrente ano, assinada pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável pela contabilidade da mesma com firma reconhecida tanto do representante legal da empresa como do contador;

b) Certidão expedida pela Junta Comercial da região sede da empresa, demonstrando a situação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Exigência baseada no Art. 8° da Instrução Normativa 103/2007 do Departamento Nacional do Comércio, certidão esta que deverá ter sido emitida no ano de **2014**;

**6.7.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração (letra a) e a certidão (letra b) do item 6.7 perderão o direito de gozar dos benefícios da Lei Federal Complementar n° 123/2006. Já aquelas que foram enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte em anos anteriores, porém sua receita bruta do ano-calendário de 2013 tenha sido superior à R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), e ainda assim se declararam microempresas ou empresas de pequeno porte na presente licitação, estarão sujeitas as sanções previstas em lei.**

**6.7.2 – A qualquer momento o pregoeiro ou qualquer membro da equipe de apoio poderá buscar informações necessárias para a comprovação de que a empresa encontra-se enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte;**

## **VII – DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS**

**7.1 – Os envelopes propostas serão abertos no horário estipulado no item 4.3 do presente edital, sendo que nessa oportunidade os licitantes deverão apresentar separadamente a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (ANEXO III), em cumprimento ao disposto no art. 4°, VII da Lei n° 10.520/02.**

**7.2 – Caso o licitante não se faça presente deverá remeter a declaração de que trata o item anterior em envelope apartado que deverá trazer os seguintes dizeres "Câmara Municipal de São Gabriel da Palha – Pregão n° 04/2014 Envelope DECLARAÇÃO". Dentro do envelope deverá conter também Ato Constitutivo ou instrumento equivalente, devidamente registrado no órgão competente, este que confirmará a representatividade legal de quem assinou a declaração e caso a mesma tenha sido assinada por procurador, a procuração também deverá compor o Envelope "DECLARAÇÃO".**

## **VIII – DA PROPOSTA**

**8.1 – O envelope n° 01, "PROPOSTA", deverá conter a proposta em qualquer forma de impressão, assinada pelo representante legal da empresa, formulada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, em linguagem clara, objetiva e que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado, contendo ainda:**



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

- a) Razão social da empresa bem como sua qualificação, tal como endereço, o número do CNPJ e outras que se fizerem necessárias;
- b) Discriminação do combustível conforme especificações e condições previstas no objeto deste edital, em consonância com o Anexo IV, fazendo constar inclusive as demais especificações sendo necessárias;
- c) A Licitante deverá formular a sua proposta, utilizando-se do modelo de proposta que segue em anexo, fazendo constar o preço unitário, em real, **com no máximo 02 (duas) casas após a vírgula (x,xx)**, sem divergências e nele incluído toda e qualquer despesa, seja referente a impostos, taxas, fretes, ou outras que ocorrerão em virtude do fornecimento, nas condições estipuladas neste instrumento convocatório.
- c.1) O Licitante nunca promoverá alterações nas especificações oferecidas no **ANEXO IV**, exceto se for o caso de complementação, sob pena de desclassificação da proposta.
- c.2) Os Licitantes não poderão, em hipótese alguma, aumentar ou reduzir os quantitativos constantes do **ANEXO IV** sob pena de desclassificação do item ou da proposta no seu todo quando for o caso.
- d) A simples apresentação de proposta pela empresa licitante já estabelecerá as seguintes condições:
- d.1) O prazo de validade da proposta, que não será inferior a 60 (sessenta) dias contados da abertura da mesma;
- d.2) A confirmação de que a empresa licitante possui posto de atendimento na sede deste município;
- d.3) O pleno conhecimento de todas as condições deste edital e seus anexos por parte da licitante;
- 8.2 – A condição de participação preestabelecida na letra d.2 será confirmada através dos documentos que serão apresentados junto a documentação a título de habilitação da empresa no que tange a qualificação técnica.
- 8.3 – A proposta só será desclassificada se for contra, expressamente, as normas e exigências deste edital.
- 8.4 – Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes, ou não previstas neste edital.

### **IX – DA DOCUMENTAÇÃO**

---

9.1 – O envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO deverá conter a documentação a seguir especificada em original ou através de cópias reprográficas devidamente autenticadas, preferencialmente em cartório.

#### **9.1.1 – Habilitação Jurídica:**

a) Fica neste momento dispensada a apresentação do Ato Constitutivo ou instrumento equivalente, devidamente registrado no órgão competente em função da sua exigência na etapa



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

de credenciamento, tendo em vista a necessidade de confirmação de informações da empresa naquela etapa.

### **9.1.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a) Certidão de regularidade junto à Fazenda Pública **Municipal**, do domicílio do Licitante;
- b) Certidão de regularidade junto à Fazenda Pública **Estadual**, do domicílio do Licitante;
- c) Certidão conjunta de regularidade junto à Fazenda Pública **Federal, (Quitação de tributos e contribuições Federais e Quanto à dívida ativa da União)**, com a validade na data de realização desta licitação;
- d) Certidão de regularidade junto ao **INSS**;
- e) Certidão de regularidade junto ao **FGTS**;
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (cartão do CNPJ.);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) de acordo com a Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011.

### **9.1.3 – Qualificação Econômica Financeira**

- a) Certidão Negativa de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial ou de falência expedidas pelo cartório distribuidor da sede da Licitante emitida **até 30 (trinta)** dias anteriores à data de abertura da Licitação;
- b) Havendo algum prazo de validade estabelecido por cartório na certidão citada na letra anterior, será considerado o prazo constante da certidão para comprovação da sua validade.
- c) Para a contagem do prazo estabelecido na letra “a” deste capítulo, será contado a partir do primeiro dia que antecede a data da realização desta licitação.
- d) As empresas que estiverem em processo de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial deverão apresentar como condicionante de sua habilitação, além da certidão de inexistência de processo de falência, o deferimento do primeiro processo ou a homologação do segundo, e, em ambos os casos atestado de capacidade de cumprir o objeto licitado fornecido pelo juízo em que tramita a recuperação.

### **9.1.4 – Qualificação Técnica**

- a) Licença de Operação – LO expedida pelo órgão ambiental competente de acordo com o que estabelece a Resolução CONAMA nº 273, de 29 de novembro de 2000.
- b) É condicionante para a habilitação a comprovação de que a empresa licitante possua posto de atendimento na sede deste município, através dos seguintes documentos em original ou cópias reprográficas devidamente autenticadas:
  - b.1) Alvará de licença e funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha.
  - b.2) Autorização para o funcionamento do posto, expedida pela ANP (Agência Nacional de Petróleo);
- c) O licitante deverá apresentar declaração por escrito informando que a empresa se compromete a atender a Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, dentro do seu horário de funcionamento, o qual não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 07 (sete) às 21 (vinte e uma) horas.





# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

### **9.1.5 – Cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.**

a) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro funcional, empregados menores de 18 anos atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e ainda que não possua menores de 16 anos trabalhando na empresa, salvo no caso de aprendiz que somente poderá ocorrer a partir dos 14 anos de idade.

### **9.1.6 – Condições gerais para a apresentação da documentação.**

a) Nos casos de apresentação de documentos em original, estes não poderão ser substituídos após a entrega dos envelopes no protocolo geral da Câmara Municipal.

b) Caso a licitante apresente qualquer documento no seu envelope documentação através de cópias reprográficas, estas deverão estar obrigatoriamente autenticadas, antes da apresentação destes envelopes no protocolo geral da Câmara Municipal, sob pena de sua inabilitação ou desclassificação.

c) Documentos sujeitos a vencimento deverão estar dentro de sua data de validade até o dia da realização da presente licitação sob pena de sua inabilitação ou desclassificação.

d) O Pregoeiro poderá proceder com a validação das certidões nos respectivos “sítios” dos órgãos oficiais (Receita Federal, PGFN, Caixa Econômica Federal, Previdência Social, Secretarias da Fazenda) emissores das certidões apresentadas.

## **X – PROCEDIMENTO DA SESSÃO E JULGAMENTO**

**10.1** – Declarada aberta à sessão pelo Pregoeiro, somente serão admitidas as licitantes que apresentarem os seus envelopes nos termos do capítulo IV deste edital, não sendo admitidos proponentes retardatários.

**10.2** – Depois de aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, deverão apresentar declaração (**ANEXO III**) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

**10.3** – Logo após o Pregoeiro procederá a abertura do Envelope nº 001 – PROPOSTA, julgando-as e classificando-as, POR PREÇO UNITÁRIO, considerando para tanto as disposições da Lei nº 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X;

**10.4** – Serão desclassificadas as propostas formuladas em desacordo com o exigido neste edital;

**10.5** – Será avaliada para fins de classificação da proposta a especificação do item cotado pela empresa, bem como o formalismo exigido no capítulo VII – DA PROPOSTA.

**10.6** – Uma vez classificadas as propostas, o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

**10.7** – Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos;



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

**10.8** – A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas, salvo nos casos de Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte amparadas pela Lei Federal Complementar n° 123/06 quando ocorrerem os empates (fictos);

**10.8.1** – Nos pregões, entende-se por empate (ficto), aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

a) Nas licitações cuja modalidade utilizada seja Pregão, será assegurado como critério de desempate, preferência às microempresas e empresas de pequeno porte.

b) Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar n° 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**I** – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**II** – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1° e 2° do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**III** – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1° e 2° do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**IV** – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**V** – O disposto neste capítulo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**VI** – No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**10.9** – O Pregoeiro durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de por ordem ao certame;

**10.10** – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital, salvo nos casos devidamente justificados e aceitos;

**10.11** – Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO por item;





# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

**10.12** – Concluída a etapa de lances será aberto o Envelope nº 02 – HABILITAÇÃO e verificado o atendimento as exigências de habilitação previstas neste edital, somente das empresas vencedoras na etapa de lances;

**10.13** – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a licitante será declarada preliminarmente vencedora;

**10.14** – O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos, não obstante as demais sanções previstas no ordenamento jurídico;

**10.15** – A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente;

**10.16** – O Pregoeiro ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

## **XI – DOS RECURSOS**

---

**11.1** – Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na Lei nº 10.520/02 e na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**11.2** – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**11.3** – Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

- a) Serão dirigidos ao Pregoeiro, devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados de documentação pertinente;
- b) Deverão estar assinados por representante legal do licitante, sendo que no caso de procurador deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos);
- c) Os recursos deverão ser apresentados no Protocolo da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, e fora do prazo legal, não serão conhecidos.
- d) Serão aplicadas, às impugnações, as mesmas regras estabelecidas neste capítulo.

## **XII – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

---

**12.1** – A classificação e o julgamento das propostas e a habilitação serão submetidos à autoridade superior para deliberação quanto à sua homologação e a adjudicação do objeto da licitação caso ocorra recurso.



# **Câmara Municipal de São Gabriel da Palha**

## **Estado do Espírito Santo**

**12.2** – Caso não haja interesse recursal manifestado na sessão, o Pregoeiro é quem adjudicará o objeto, sendo que esta adjudicação não produzirá efeitos até a homologação pela autoridade superior.

### **XIII – DA ASSINATURA DO CONTRATO**

---

#### **13.1 – Condições para a assinatura do contrato.**

a) Homologada a decisão será a licitante vencedora convocada para assinar o contrato, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado, quando solicitado pelo Licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração

b) A convocação poderá ocorrer de forma escrita, verbal, pessoalmente ou por telefone.

c) Caso a licitante vencedora não compareça para firmar o contrato, no prazo estabelecido, poderá ser aplicada multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, estabelecida sobre o valor total adjudicado e ainda suspensão para contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade para com a Administração Pública nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 em consonância com os artigos 81 e 87 da Lei nº 8666/93 consolidada.

**13.2** - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

### **XIV – DA ENTREGA, PAGAMENTO E PENALIDADES**

---

**14.1** – Todos os termos que citam questões de entrega, pagamento e penalidades do objeto deste edital, constam na minuta de contrato que segue em anexo a este instrumento convocatório.

### **XV – DOTAÇÃO**

---

**15.1** – Os recursos destinados à execução da pretendida contratação correrão à conta da Atividade 0103100012.252, Elemento de Despesa 33903000000 – Material de Consumo – Ficha nº 14.

### **XVI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

**16.1** – Além das sanções previstas na minuta do contrato pertinentes a execução do objeto desta licitação, estará a licitante também sujeita seguintes penalidades:

a) O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sendo garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002).

b) As penalidades serão aplicadas, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por período previsto em lei, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

### **XVII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

**17.1** – Ao apresentar proposta, fica subentendido que o Licitante conhece todas as condições estabelecidas no presente edital, e seus anexos.

**17.2** – A Câmara Municipal de São Gabriel da Palha reserva-se o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.

**17.3** – O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados;

**17.4** – Todas as declarações, proposta e outros documentos necessários a participação da licitante, deverão ser assinados por responsável legal da empresa, devidamente comprovado através de documentos exigidos neste edital, sob pena de seu não credenciamento, sua desclassificação ou inabilitação.

**17.5** – O Pregoeiro solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.

**17.6** – Poderão ser convidados a colaborar com o Pregoeiro, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica não vinculados direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta Câmara Municipal.

**17.7** – Este Edital será regido pelas regras e princípios do direito público, pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93 consolidada, independente da transcrição das normas vigentes.

**17.8** – O pregoeiro resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

**17.9** – Informações complementares inerentes a este pregão poderão ser obtidas pelos interessados pelo tel.: (27) 3727-2252, ramal 214, de segunda a quinta feira no horário de 12h às 18h e as sextas feiras no horário das 07h às 13h ou no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

**17.10** – O pregoeiro pode a qualquer tempo negociar o preço com o Licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.

**17.11** – O presente Edital poderá ser retirado através do site [www.camarasgp.es.gov.br](http://www.camarasgp.es.gov.br).

**17.12** – Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:

a) **Anexo I** – Minuta do Contrato;



# **Câmara Municipal de São Gabriel da Palha**

## **Estado do Espírito Santo**

- b) Anexo II** – Modelo de Credenciamento;
- c) Anexo III** – Modelo de Declaração;
- d) Anexo IV** – Modelo de Proposta;

São Gabriel da Palha, ES, em 02 de Maio de 2014.

**SÉRGIO FABIANO DE SOUZA DIAS**  
**Pregoeiro Oficial**



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

### ANEXO I

**MINUTA DO CONTRATO nº XX/2014 Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de São Gabriel da Palha e a Empresa \_\_\_\_\_, na qualidade de contratante e contratada, respectivamente, para o fim expresso nas cláusulas que o integram.**

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.554.914/0001-50, situada à Rua Dr. Ivan Luiz Barcellos, nº 104, Bairro Glória, São Gabriel da Palha-ES, CEP: 29.780-000, telefones nº 027-3727-2252 ou nº 027-3727-2104, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, BRAZ MONFERDINI, brasileiro, separado judicialmente, portador do RG nº 1405233-ES e do CPF nº 881.054.407-25, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, São Gabriel da Palha/ES, CEP: 29780-000, neste ato representada por \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(nacionalidade)\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(estado civil)\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2014, Processo Administrativo nº 24.248/2014**, firmam o presente contrato que será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/1993, em conformidade com as disposições a seguir.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para fornecimento de Combustíveis (gasolina e álcool) para atender a demanda da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, pelo período de 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato, em conformidade com as especificações constantes no **item 3.2** do edital de licitação em epígrafe.

**1.2** A quantidade estimada para este contrato é de 4.000 (quatro mil) litros para Gasolina, e/ou 1.000 (um mil) litros para Álcool, não sendo a Câmara Municipal obrigada a utilizar todo o quantitativo.

**1.3** O instrumento editalício do processo licitatório supracitado, seus anexos e proposta comercial apresentada são partes integrantes do presente instrumento de contrato como se aqui transcritos estivessem.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

**2.1** A Contratante pagará à Contratada a importância de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) por litro de combustível tipo Gasolina, e/ou R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) por litro de combustível tipo Álcool, no valor global estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) de acordo com a proposta vencedora.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO**

**3.1** Os recursos destinados à execução da pretendida contratação correrão à conta da Atividade 0103100012.252, Elemento de Despesa 33903000000 – Material de Consumo – Ficha nº 14.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO**

**4.1** Os pagamentos serão efetuados mediante o fornecimento à Câmara Municipal de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, em atendimento ao **Protocolo ICMS nº 42/2009 - CONFAZ**, bem como o relatório gerencial das despesas referentes ao respectivo mês e os documentos de regularidade fiscal exigidos para a habilitação no procedimento licitatório (prova de inscrição



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB; prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa; prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da certidão emitida pela Secretaria competente do Município; prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto contratual; prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; prova de regularidade com a Seguridade Social – INSS; certidão negativa de débitos trabalhistas – Lei nº 12.440/2011). Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para liquidação e pagamento mediante depósito em conta corrente até o 10º (décimo) dia útil, após a respectiva apresentação.

**4.2.** Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no Pregão, deverá ser comunicada à Câmara Municipal, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

**4.3.** Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento, devidamente corrigido.

**4.4.** A Câmara Municipal poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

**4.5.** O pagamento referente ao valor da **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à empresa contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

**4.6.** Para a efetivação do pagamento a empresa contratada deverá manter as mesmas condições previstas neste Contrato e no Edital, no que concerne a proposta de preço e a habilitação.

**4.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da contratada, seja relativa à execução do objeto, seja quanto à documentação exigida para liberação dos pagamentos, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção na prestação dos serviços.

**4.8.** O pagamento fica também condicionado a aprovação do Fiscal do Contrato.

**4.9.** Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a empresa adjudicatária dará a Câmara Municipal plena, geral e irretroatável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar, exigir a qualquer título, tempo ou forma.

**4.10.** Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO**

**5.1** A CONTRATADA deverá atender os veículos para abastecimento de segunda a sexta-feira no horário não inferior ao intervalo das 07h (sete horas) às 21h (vinte e uma horas), mediante apresentação de requisições preenchidas, contendo a placa do veículo, quilometragem, quantidade do produto, seu preço, o preço total e assinatura do servidor responsável por coordenar o fornecimento de combustível, não se responsabilizando por abastecimentos realizados sem requisições ou fora destes horários e dias, com exceção da faculdade constante do item 5.3.

**5.2** Quando o veículo for abastecido será entregue a 1ª via, sendo que a 2ª via ficará sob o controle do responsável da Câmara Municipal por coordenar o fornecimento de combustível. A 1ª via ficará no posto para ser apresentada no momento do pagamento, acompanhada da nota fiscal e certidões pertinentes.





# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

**5.3** Em casos excepcionais devidamente justificados e mediante apresentação de requisições preenchidas, o abastecimento poderá ser realizado em dias de final de semana ou feriados.

**5.4** Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

**5.5** Os combustíveis deverão estar no padrão das normas da ANP. Caso haja suspeita de que os combustíveis fornecidos tenham sido adulterados, a Contratante poderá solicitar testes do produto. Se verificada a inadequação do produto, será feita notificação da empresa para que se proceda à troca de forma imediata; se não for realizada a troca, a empresa ficará sujeita às penalidades previstas no Edital de Licitação e seus anexos, sem prejuízo da responsabilidade criminal, prevista no art. 96, da Lei nº 8.666/93.

**5.6** No caso de reincidência de inadequação do produto, a empresa ficará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

**5.7** Ficarà a cargo da contratada arcar com as despesas do combustível necessário para abastecer o veículo quando o trajeto entre o Posto e a sede da Câmara Municipal **for superior a 05 km**, distância esta que será multiplicado por dois (ida e volta), e considerando para tanto que o veículo tenha a seguinte relação de consumo: **10 km/lt.**

**5.8** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE E PROCEDIMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO**

**6.1** A fiscalização da contratação será exercida por servidores nomeados através de Portaria pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a realização dos serviços contratados, para cumprimento das normas estabelecidas nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64.

**6.2** A Contratada deverá prestar toda a colaboração necessária, inclusive obrigando-se a apresentar toda e qualquer documentação contábil que se refira a execução dos serviços contratados, independente de ser exercida outras espécies de fiscalização, por terceiros ou diretamente por órgãos do Municípios, estando os fiscais dotados de amplos poderes para exigir da contratada uma boa execução do objeto do contrato.

**6.3** O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários ou servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**6.4** O representante da Contratante deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle de execução do contrato, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**6.5** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**6.6** A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha-ES e não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



# **Câmara Municipal de São Gabriel da Palha**

## **Estado do Espírito Santo**

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE**

**8.1** A Câmara Municipal reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecido o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**8.2** O valor ora pactuado não poderá sofrer reajuste de preços na sua execução, podendo sim sofrer variações para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, baseando-se para tal procedimento na alínea “d” do inciso “II” do artigo 65 da lei 8.666/93 e alterações.

**8.3** Na hipótese de solicitação de revisão pela CONTRATADA, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos seguindo a mesma metodologia de preços da fonte produtora e/ou distribuidora, e documentação correlata (lista de preços da fonte produtiva e/ou distribuidora, notas fiscais de aquisição dos produtos e/ou matérias primas, etc.) que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**8.4** O Valor do presente contrato poderá sofrer redução ou recomposição, mediante comprovação por parte do CONTRATANTE, de que houve também redução nos preços dos combustíveis, devidamente autorizado pelos órgãos competentes junto às distribuidoras.

### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

**9.1** A Câmara Municipal reserva-se no direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações e condições constantes neste Edital, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**9.2** O Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, notadamente, arts. 77 a 79.

**9.3** Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, poderá a Câmara Municipal, garantida a prévia defesa, aplicar multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**10.1** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis ao presente contrato é aquela prevista na Lei Federal nº 8.666/1993, aplicada subsidiariamente nos casos de Pregão, por força do art. 9º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**11.2** A Contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme o disposto:

- a)** Multa de 1% (um por cento) por dia, incidente sobre o valor mensal devido pela Câmara Municipal, nos casos de atraso da entrega dos produtos ou pela recusa em fornecê-los;
- b)** Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a Câmara Municipal por um período de até 2 (dois) anos, no caso de apresentação de declaração ou documento falso;



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, o que será concedido sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**11.3** - Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/1993;

**11.4** - As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Câmara Municipal após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

**11.5** - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

**11.6** - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

**11.7** - A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Presidente da Câmara Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

#### 12.1 Compete à Contratada:

a) Fornecer o produto de acordo com as condições e prazos propostos e dentro do período de vigência deste contrato;

b) Responsabilizar-se pela qualidade e eficiência dos produtos fornecidos à Câmara Municipal, devendo arcar com qualquer custo relacionado com falhas na execução dos objetos contratados.

c) Efetuar, em qualquer momento, testes dos combustíveis para verificação da compatibilidade dos mesmos com o padrão exigido pela ANP, caso a Câmara Municipal venha exigir.

d) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente da Câmara Municipal;

e) Manter, durante toda a execução, compatibilidade com as obrigações assumidas em todas as fases da licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do art. 55, da Lei Federal nº 8.666/1993.

f) Fornecer combustíveis de acordo com o padrão das normas da ANP, sendo que os combustíveis recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), contados do recebimento pela Contratada da formalização de recusa pelo fiscal do contrato, arcando a Contratada com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

g) Fornecer, após o abastecimento, uma via do comprovante da operação emitida pela máquina do cartão de abastecimento, constando, placa de veículo, KM, nome do condutor, quantitativo em litros abastecidos, valor, hora e data.

h) Providenciar alternativas de abastecimento em caso de panes, falta dos combustíveis, casos fortuitos ou de força maior, nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 1 (uma) hora após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pela Contratante, sob pena de sobre sanções previstas neste contrato.

i) Manter preposto para representá-lo junto a Câmara Municipal sempre que for necessário.

#### 12.2 Compete à Contratante:

a) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato, podendo rejeitar no todo ou em parte os combustíveis fornecidos em desacordo com a contratação;



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

- c) Notificar por escrito, a CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no fornecimento dos combustíveis, fixando prazo para sua correção, se assim não fixar o Edital, incluindo seus anexos e Contrato;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à realização do objeto desta contratação;
- e) Exercer a fiscalização do contrato por servidor especialmente designado;

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1** É vedada a subcontratação total ou parcial da execução do objeto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

**14.1** O presente instrumento será publicado, em resumo, na Imprensa Oficial (Quadro de Avisos) desta Câmara Municipal na forma do Art. 19 da LOM.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1** Fica eleito o foro da Comarca de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato que não possam ser resolvidas Administrativamente, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustados e pactuados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

São Gabriel da Palha-ES, XX de XXXX de 2014.

### **BRAZ MONFERDINI**

Presidente - Câmara Municipal

RG nº 1405233-ES - CPF nº 881.054.407-25

\_\_\_\_\_  
(CONTRATADA)

RG nº \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

### TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2 \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

### ANEXO II

### MODELO DE CREDENCIAMENTO

São Gabriel da Palha, ..... de ..... de 2014.

Ao

Pregoeiro da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha.

Assunto: Credenciamento para a participação no **Pregão nº 04/2014**.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ..... vem pela presente, informar a V.S<sup>as</sup>, que o(a) Sr.<sup>o</sup>(<sup>a</sup>) ....., portador de identidade nº ..... inscrito no CIC nº ..... é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura identificável  
(nome do representante da empresa)



# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

### ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO

São Gabriel da Palha, .....de..... de 2014.

Ao

Pregoeiro Oficial da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha.

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no **Pregão nº 04/2014**.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., **DECLARA** que satisfaz plenamente os requisitos de habilitação no certame em epígrafe, de acordo com o artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, **sob as penas da lei**, principalmente as dispostas no art. 7º da Lei citada anteriormente.

Assinatura Identificável  
(nome do representante da empresa)





# Câmara Municipal de São Gabriel da Palha

## Estado do Espírito Santo

### ANEXO IV

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014.

### Modelo de Proposta

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Combustível	Valor p/ Litro	Valor Total
1	4.000	Litro	Gasolina Comum		
2	1.000	Litro	Álcool Comum		
<b>Total Geral</b>					

....., em.....de.....de 2014.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do Licitante

### ESCLARECIMENTOS

**I - Ao elaborar a sua proposta o licitante deverá estar atento ao fato de que esta deverá atender a Câmara Municipal de São Gabriel da Palha no decorrer da vigência do Contrato.**

**II – O licitante deverá manter-se devidamente regularizado junto aos órgãos fiscalizadores, nos termos exigidos neste edital a título de habilitação, durante todo o período de vigência do contrato.**

**III – A quantidade acima descrita é apenas estimada, não sendo a Câmara Municipal obrigada a utilizar todo o quantitativo.**

**IV – O julgamento será realizado apenas pelo valor unitário do litro.**